

O Liceu do Ceará e as políticas educacionais no início dos anos 1960

FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER*

O recorte temporal que fizemos da política nacional partirá do início da década de 1960, com o último ano do Governo Juscelino Kubitschek, etapa da história brasileira marcada pelo “desenvolvimentismo”, que sucede ao modelo econômico de “substituição de importações” iniciado com a revolução de 1930, em decorrência da crise cafeeira provocada pelo colapso da Bolsa de Nova Iorque, termômetro da economia capitalista, no final dos anos 1920. Com a ajuda do capital estrangeiro, Juscelino Kubitschek internacionalizou a economia nacional através de investimentos industriais, principalmente nos setores da indústria de base e na produção de bens de consumo duráveis e não duráveis. O grande destaque dessa fase foi o crescimento da indústria automobilística. No entanto, esse progresso econômico que pretendia “crescer 50 anos em 5” apresentou vários problemas, como a concentração da riqueza, cada vez, maior na região sudeste; o aumento da dívida externa; a crescente desvalorização da moeda brasileira. O governo JK, firmou-se no plano político com razoável estabilidade, apesar de sua posse ter sido garantida pela liderança militar do Marechal Lott, o qual frustrou, provisoriamente, até 1964, as pretensões golpistas da União Democrática Nacional (UDN). Essa estabilidade política contou com o apoio expressivo das oligarquias nordestinas, muito embora, como se veria depois, a política econômica do governo JK tenha contribuído para aumentar as disparidades regionais, pela afirmação da hegemonia industrial paulista.

* Professor Doutor em Filosofia e História da Educação pela USP. Sócio honorário e amigo do Instituto do Ceará. Professor do Departamento de História da Uece.
Ver Freitag (1986:49-50)
Ver Ferreira (1995:379)

A forma como a ação do Governo Federal se fazia presente no Nordeste parecia atender aos interesses dessas duas oligarquias, em maior escala, que tinham como base econômica o algodão e a pecuária, e da nascente burguesia industrial nordestina dependente, em menor escala. Os órgãos federais como Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) foram sendo controlados por essas oligarquias que os direcionavam não apenas para seu fortalecimento como oligarquias, líderes das classes economicamente dominantes, que imprimiam a hegemonia na atividade econômica rural ou industrial, mas também como oligarquias políticas que, para dirigir seus respectivos estados federados, não prescindiam do controle dos organismos criados pelo estado nacional, que se tornavam instrumentos de grande importância para o controle da máquina estadual. Isso fica claro nas disputas políticas no nordeste como um todo e particularmente no Ceará, como veremos a seguir.

No Ceará, o início dos anos 1960 é marcado pela segunda metade do mandato do Governador Parsifal Barroso, eleito em 1958 pela aliança oligárquico-partidária entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a mesma coligação que elegeu e deu sustentação política ao Presidente Juscelino Kubitschek. A eleição de 1958 coincidiu com uma grande seca no estado quando a fome e o desespero fizeram da população um alvo fácil de manipulação política e da compra de votos. Sobre o processo eleitoral vejamos o depoimento de Franklin Chávez, citado por Montenegro:

O processo de fraude do pleito de 3 de outubro desenvolvia-se em três fases: 'Primeira caracterizada largamente... pelos horrores da discriminação partidária. Segunda cercada pela ação direta dos engenheiros sobre os cassacos e da guarda pretoriana do DNOCS, especialmente criada para o amedrontamento dos eleitores sertanejos, dentro ou fora dos serviços. Terceira, compreendendo as 42hs que antecederam a eleição e assinalada pelos fatos seguintes: a) a utilização de 300 caminhões do DNOCS para transporte dos eleitores, na vizinhança das obras federais; b) compra direta do eleitor mediante dinheiro e roupa nova; d) ameaça dos engenheiros: quem não votasse nos correligionários do Presidente da República seria despedido dos serviços; venalidade de alguns chefes. (1980:170).

Essa crítica foi publicada pelo jornal *O Povo*, em 11 de novembro de 1958. Ora, esse jornal apoiou ostensivamente o candidato derrotado, Coronel Virgílio Távora, que também recebeu o apoio do Governador Flavio Marcilio, eleito vice-governador na eleição de 1954 e que passou a assumir o comando do poder executivo, após a desincompatibilização do Governador Paulo Sarasate para disputar uma vaga na câmara dos deputados. O uso da máquina estadual também foi exercido em larga escala, como era comum nas disputas eleitorais. Na disputa desigual entre a estrutura estadual e a federal, prevaleceu a segunda.

Algo que nos chamou bastante atenção no início da nossa pesquisa em jornais locais, e que revela uma grande contradição entre o que é dito e o que é feito concretamente pelos representantes das oligarquias locais, foi uma palestra do Governador Parsifal Barroso para uma comitiva da Escola Superior de Guerra (ESG) em visita a Fortaleza, em 17 de maio de 1961. Nessa palestra, o governador discorreu sobre os diversos problemas da realidade cearense e os relacionou com a realidade nacional, no tocante ao desenvolvimento econômico. Ele destaca que:

O Ceará avulta no complexo nordestino como o Estado que mais se caracteriza por extrema dependência dos fatores fisiográficos. A irregularidade do seu regime pluvial em áreas sempre mais amplas reduz a produtividade e motiva, assim, em grande parte, o atraso (sic) econômico em que ele se encontra.

Caracteriza-se então o Ceará como unidade de exploração mista predominantemente agrícola, com agro-pecuária de subsistência, isto é, em pequena escala, abrangendo 74% do pessoal ocupado. A renda “per capita” atinge apenas a Cr\$ 5.354,00, 38,4% da “renda per capita” calculada para todo o País. (dados referentes a 1957, ano considerado normal). A contradição a que nos referimos esta no fato de que o governador ao iniciar sua palestra, depois de saudar os presentes, revelar que: “Obviamente, nem o balanço desses problemas nem a busca das soluções que eles comportem dentro de nosso regime político-social são tarefas ao alcance de uma só pessoa, por mais bem dotada de inteligência e de saber que o seja, visto como subtendem o conhecimento da complexa problemática regional na conjuntura econômica, política e social de um País e quiza internacional, sob os aspectos dominantes são tarefas a serem confiadas a equipes cujo trabalho se coordene em função de objetivos legitimamente fixados conforme o interesse público. (*O Povo*. 17/05/1961)

O que nos causa estranheza, ao ler na íntegra a exposição do Governador, é que não encontramos uma linha sequer sobre problemas fundamentais da população, como educação, saúde, expectativa e qualidade de vida. Sua palestra se concentrou basicamente sobre os problemas de infraestrutura e que dependiam basicamente da atuação do Governo federal. Ao dizer que as soluções possíveis dentro do regime político-social vigente são tarefas de equipes que trabalhem coordenadas, visando ao interesse público, sua fala entra em choque com outras informações que colhemos, como mostraremos mais a frente, as quais se referem a política tradicional e clientelista desse governo, características que revelam aspectos importantes da política educacional daquele período.

A política educacional do período enfocado teve como eixo de suas ações a construção de algumas escolas de nível médio: uma em Sobral, outra no Crato e uma terceira em Quixeramobim, além das escolas de administração veterinária, estas de nível superior. Essa característica se destacou pelo imprevisto, ausência de planejamento e clientelismo, e teve efeito imediato na organização do Liceu do Ceará, que recebia à época, a denominação oficial de Colégio Estadual do Ceará. De acordo com Sabóia:

Parsifal foi eleito, tendo como um dos coligados o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Esse partido exigiu bastante do governo no que diz respeito a nomeações de cargos na administração estadual para seus adeptos, não fugindo o Liceu a essa investida dos petebistas no preenchimento de possíveis vagas no corpo de seu professorado.

Eu e o Secretário de Educação, Dr. Joaquim de Figueiredo Correa, fomos convocados pelo governo para uma reunião no Palácio da Luz, afim de tratar de nomeações de professores do Liceu. Disse eu a sua Excelência que, naquele momento, já iniciadas as aulas do ano letivo, era impossível atendê-lo, sob pena de ter de demitir ou dispensar colegas, fato não condizente com as normas até então seguidas pelo Liceu. Foi o início de um mal-estar vivido entre mim e o Governador Parsifal, que continuou até o momento de minha exoneração, a pedido, em março de 1962.

Em entrevista¹ a nós concedida, o prof. Boanerges afirma que essa investida clientelista do Governador não foi bem-sucedida. Até o final de sua administração, os professores só eram aceitos no Liceu depois de

¹ Esta entrevista foi concedida em 02 de novembro de 1999, em seu apartamento na Praia de Iracema.

passar pelo crivo da Congregação, composta por professores catedráticos e pelo diretor. Segundo ele, nenhuma ingerência externa era aceita.

Curiosamente, mesmo o professor Boanerges, e diretor nesse período, dizendo que não era admitida ingerência externa na política interna do Liceu, o ano letivo de 1961 ficou reduzido a 100 dias nesse estabelecimento, quando a legislação vigente determinava o mínimo de 140 dias letivos, porque o Governador Parsifal Barroso interveio junto a Inspetoria Seccional do Ensino Secundário, órgão do Ministério da Educação, alegando que os constantes e periódicos racionamentos de luz elétrica impostos pelo SERVILUZ, a crise político-militar após a renúncia de Jânio Quadros, sobre a qual falaremos mais adiante, e os movimentos grevistas ocorridos durante o segundo semestre de 1961, foram alguns dos motivos pelos quais os alunos, principalmente do curso noturno, não puderam frequentar normalmente o colégio. O professor Lauro de Oliveira Lima, inspetor seccional, atendendo a solicitação do Governador, abonou os 40 dias letivos que faltavam para completar o ano letivo e resolveu o impasse, visto que os estudantes não queriam perder as férias escolares para completar a carga horária exigida em lei. Porém, antes da conversa com o Governador, o inspetor declarava: *não abrirei mão em hipótese alguma. Não por intransigência, mas porque a lei é clara e dura.* (*O Povo*, 02/12/61).

A atitude do Governador diante do texto legal traz à tona o famoso jeitinho brasileiro, que nada mais é do que a discrepância entre a regulamentação oficial das instituições sociais, políticas e jurídicas, e as práticas sociais vinculadas ao favoritismo e clientelismo políticos, e, portanto, a distância entre a letra das constituições, leis e regulamentos e os fatos e práticas reais do governo e da sociedade.

Apesar do que foi dito antes, o Liceu o Ceará ainda tinha, no início da década de 1960, alto padrão de qualidade, decorrente, em parte, do nível dos professores, considerados entre os melhores do Ceará, e da política salarial voltada especificamente para eles. O professor Boanerges Sabóia, ex-diretor do Liceu, na entrevista há pouco referida, ressalta que os salários dos professores, na época, eram condizentes com os salários dos desembargadores. O jornal *O Povo* noticia, em 14 de novembro de 1961, que professores do Liceu teriam reunião à tarde para discutir e aprovar a nova tabela de níveis de vencimento para o magistério:

A comissão designada em sessão anterior para a elaboração da tabela de aumento já concluiu o seu trabalho que passamos a expor em linhas gerais a seguir:

Professor catedrático – Cr\$ 32.000,00

Professor de Função – Cr\$ 26.000,00

Aulas excedentes a razão de Cr\$ 320,00 cada (1/100 do valor da cadeira). O número de aulas da cadeira, bem como o da função foi diminuído de 12 para 8. Também as aulas excedentes foram fixadas no Máximo em 12 e não em 24 como ocorre atualmente. Pelo trabalho feito pela comissão o professor não poderá dar mais de 20 aulas semanais em um só estabelecimento oficial de ensino. (*O Povo*, 14/11/1961).

Ainda na entrevista, o prof. Boanerges Sabóia declarou que os professores do Liceu tinham uma política salarial própria, diferentemente dos demais professores da rede estadual de ensino como também prestavam concurso de provas e títulos exclusivamente para ensinar no Liceu e não podiam ser deslocados para outras escolas ou funções.

O alto padrão de qualidade detido pelo Liceu se refletia no alto índice de aprovação nos vestibulares aos cursos superiores dos candidatos egressos do Liceu e na procura por matrícula de pessoas de várias origens sociais, inclusive das classes proprietárias.

Tudo isso contribuía, certamente, para que o movimento estudantil fosse bastante atuante e contestador.

Em entrevista² de um ex-aluno do Liceu do Ceará, no início da década de 1960, o jornalista Paulo Tadeu, nos disse o seguinte:

Na condição de ex-aluno do Liceu, eu ficava fascinado com aquela movimentação permanente dos alunos do nosso colégio, o colégio funcionava nos três expedientes. O maior fascínio era das lutas estudantis contra a empresa de transporte que na época era do senhor Pedreira. E aquele confronto com os bombeiros que jogava jatos de água contra a estudantada que gritava seu grito de guerra.

Mas, no liceu, nos colocávamos o estudo num patamar de destaque e os professores eram muito exigentes. Por isso, não precisávamos nem fazer cursinho para passar no vestibular. Passamos direto. Terminei

² Entrevista que nos foi concedida em 18/01/2000.

em 1961 e logo em seguida, em 1962, fiz vestibular e entrei no curso de Jornalismo e Comunicação Social, sem frequentar nenhum cursinho.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L., *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ARAGÃO, Raimundo B., *História do Ceará – Síntese Didática*. v. 5, Fortaleza, IOCE, 1987.

CASTELO, Plácido. *História do ensino no Ceará*. Fortaleza: IOCE, 1970.

CUNHA, L. A. e GOES, M. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GARCIA, Walter E. (Org). *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1978.

GIRÃO, Blanchard. *O Liceu e o bonde*. Fortaleza: ABC, 1997.

GOMES, G. *1968 e outros momentos*. Fortaleza: Editora da UNIFOR, 1999.

JESUS, A. Tavares. *Educação e hegemonia*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____, F. *O Elo Perdido – classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

RAMALHO, Bráulio E. P. *As lutas políticas dos universitários cearenses (1964-1968)*. (Dissertação de Mestrado), Fortaleza: Faculdade de Educação, UFC, 1992.

SABOIA, Boanerges. *O Liceu que eu conheci*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1996.

VERAS, Ma. E. B. *Estado e financiamento da educação* (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: Faculdade de Educação, UFC, 1990.